1ª VERSÃO ALTERADA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

A **EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP**, em razão de solicitação da **Diretoria de Administração e Finanças – DAF**, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, **tipo Menor Preço Global,** em vista do que consta nos autos do Processo Administrativo n.º 1407/2016 - EMAP, de 29.09.2016 e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Lei Estadual n° 9.529/2011, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A Sessão Pública do Pregão terá início às **10:00 horas, Hora Local, do dia 30 de Novembro de 2016, Hora Local, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na EMAP nesta data**, devendo o credenciamento e a entrega dos envelopes, contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e seus Anexos, serem feitos na Comissão Setorial de Licitação - CSL/EMAP, situada no prédio sede da EMAP, localizado na Avenida dos Portugueses, s/n, Porto do Itaqui, em São Luís – MA, na data e horário acima mencionados.

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, para transporte de passageiros e carga, afim de auxiliar nos trabalhos administrativos e operacionais da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, conforme Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital;

1.2 O valor máximo a ser pago pela execução dos serviços, objeto desta licitação é de R$ 1.428.600,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil e seiscentos reais).

1.3 O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contado a partir da data indicada na Ordem de Serviço emitida pela EMAP, autorizando o início das atividades, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

2.1.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

2.1.2 O pedido de impugnação deverá ser protocolizado, no Setor de Protocolo da EMAP, localizado no Prédio sede da EMAP, na Avenida dos Portugueses, s/n, Itaqui, São Luís-MA, dentro do horário de expediente da EMAP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

2.1.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

2.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.3 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das Propostas, constantes deste Edital e seus anexos.

3.2. Não pode participar diretamente desta licitação ou da execução do contrato:

a) autor do projeto, pessoa física ou jurídica;

b) empresa responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto, seu cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau, seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

c) empresa que se encontre em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) servidor ou dirigente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP;

e) pessoa jurídica impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar;

f) pessoa jurídica que tenha participado ou que participe de pessoa jurídica punida na forma da alínea anterior;

g) pessoa física impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar ou que integre ou tenha participado como proprietário, sócio, dirigente ou cotista de pessoa jurídica punida na forma das alíneas anteriores.

3.3 Não podem participar, direta ou indiretamente desta licitação, do contrato ou do fornecimento dos bens e serviços a estes necessários, aquele que mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou parentesco, de até 3º grau, com o Pregoeiro ou membro da Comissão Setorial de Licitação da EMAP.

3.4 Não podem participar, concorrendo entre si, empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante que quiser dar lances verbais deverá se apresentar para credenciamento, pontualmente, na data, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por Carta de Credenciamento conforme modelo constante do **Anexo III**, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

4.3. Os documentos citados no subitem anterior (instrumento público de procuração ou instrumento particular ou Carta de Credenciamento) deverão estar **acompanhados de cópia do Ato Constitutivo, ou Contrato Social da empresa ou cópia da ata de eleição dos administradores** (no caso de sociedade por ações) que identifiquem os seus responsáveis legais, sócios ou não, onde estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Esses documentos devem ser apresentados **separados dos envelopes de "proposta de preços"** e **"documentos de habilitação"**. Caso a pessoa interessada seja o proprietário ou próprio administrador, sócio ou não, da licitante, esta deverá se apresentar munida da cópia do Ato Constitutivo ou Contrato Social da empresa, ou cópia da ata de eleição dos administradores (no caso de sociedade por ações).

4.4. A licitante deverá apresentar, ainda na fase de credenciamento, **Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação,** podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo IV**, ou modelo próprio da licitante, desde que contenha a informação de que tem conhecimento e atende plenamente as exigências de habilitação.

4.5. É facultada ao licitante a apresentação do credenciamento de que trata o **subitem 4.2.** A falta desse documento somente impedirá que o representante da licitante se manifeste ou responda pela mesma durante o processo licitatório.

4.6. Em se tratando de Microempreendedor Individual-MEI, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos artigos 43 a 45 da citada Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, através da **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital ou modelo próprio da licitante desde que contenha as informações solicitadas no citado **Anexo VI**.

4.7. Não será admitida a participação de dois ou mais representantes para a mesma empresa, bem como de um representante para mais de uma empresa.

4.8. Aberta a sessão, o Pregoeiro informará a metodologia a ser desenvolvida prestando os esclarecimentos necessários sobre o desenvolvimento dos trabalhos, e convocará os licitantes interessados, para na forma dos subitens anteriores, realizarem o credenciamento de seu representante.

4.9. Encerrado o credenciamento e iniciada a abertura do primeiro envelope de propostas de preços, o ingresso de licitantes no recinto será permitido apenas aos interessados em assistir a sessão, sem perturbar os trabalhos, não sendo mais admitidos, a partir desse momento, novos licitantes.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados, preferencialmente numerados, **pessoalmente pelo interessado**, no local, dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada, preferencialmente numerada, em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número do Pregão e o nome ou razão social da licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

b) **Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Segurança e Saúde do Trabalho**, podendo ser utilizado modelo constante do **Anexo V**, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas;

c) Planilha de Preços com a descrição das especificações técnicas dos veículos com base nas especificações técnicas mínimas do **Anexo I – Termo de Referência**, com a indicação, dentre outros, do tipo de veículo, da marca, do ano e modelo de fabricação nunca inferior a 2016, potência, equipamentos e acessórios, conforme o **Anexo II –** Modelo de Proposta deste Edital, com a informação da quantidade, do preço unitário mensal, do preço total mensal e o do valor total anual dos serviços, expressos em reais, na moeda nacional, já incluídas todas as despesas relacionadas direta

ou indiretamente com a execução dos serviços, tais como: licenciamento, seguro, administração, manutenção, peças, serviços, encargos sociais e trabalhistas, impostos e taxas incidentes sobre os preços, e quaisquer outros que possam influir no custo final; encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, etc.);

d) Valor total da proposta expresso em reais (R$), em algarismo e por extenso, permitidas apenas duas casas decimais após a vírgula;

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

f) Prazo de execução dos serviços igual a 12 (doze) meses.

6.2 A licitante deverá considerar na formulação dos preços todos os tributos vigentes e eventuais benefícios/incentivos fiscais, quando houver, observando as condições a seguir:

6.2.1 A licitante cujo estado de origem de faturamento seja diferente do estado de destino do fornecimento ou do serviço, quando couber, deverá calcular o valor do ICMS na Proposta, acrescendo ao seu preço final a alíquota interna do Estado de origem do fornecimento do(s) bem(ns) ou do serviço, bem como, para emissão da respectiva Nota Fiscal, visto que a EMAP não é contribuinte deste tributo.

6.2.2 Caso a licitante ou o(s) materiais/produtos tenha(m) algum benefício/incentivo fiscal, obtido com base na legislação vigente, este deverá ser considerado na composição do preço. Obrigatoriamente, a licitante deverá anexar à Proposta Formal escrita comprovante de que faz jus ao referido benefício/incentivo fiscal.

6.3 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

6.5 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

6.6 O Pregoeiro poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário, e poderá incluir o preço global da proposta, se faltar.

6.7 Caso algumas das informações descritas na alínea “a” do subitem 6.1 não constem na proposta, poderão ser encaminhadas posteriormente até a data de assinatura do Contrato.

6.8 Caso o prazo de validade da proposta e/ou prazo de execução do serviço sejam omitidos na Proposta de Preços ou estejam em desacordo com o Edital, a licitante não será desclassificada e o Pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos nas alíneas “e” e “f” do subitem 6.1 deste Edital.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Encerrado o credenciamento o Pregoeiro procederá à imediata abertura dos envelopes de propostas de preços apresentadas e classificará para a fase de lances verbais o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), colocadas em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, observado o valor máximo da contratação, para que os representantes legais das licitantes participem, também, da etapa de lances verbais.

7.3. Os licitantes credenciados selecionados, conforme os subitens anteriores, serão convidados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais inferior ao último por ele ofertado ou inferior a qualquer lance de outro licitante, a partir do autor da proposta selecionada de maior preço, em ordem decrescente de valor.

7.4. O pregoeiro, antes de iniciar a fase de lances, poderá definir o percentual ou valor mínimo de diferença entre os lances e tempo máximo para sua formulação.

7.5. No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas de preço, escritas melhor classificadas, o desempate será decidido por sorteio, para definir, entre as empresas empatadas, a que dará o primeiro lance.

7.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.8. Quando os licitantes credenciados não manifestarem mais interesse em apresentar lances, será encerrada a respectiva fase.

7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.10. Encerrados os lances, as propostas de microempresa e de empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior ao preço da proposta mais bem classificada (menor preço) serão consideradas empatadas com a primeira colocada, devendo estas licitantes serem convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazer uma única e última oferta, inferior a da primeira colocada, visando o desempate.

7.10.1. Aplica-se o disposto no item anterior somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.11. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.12. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.13. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento pela licitante de todas as exigências editalícias. Caso contrário o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências constantes deste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora nessa fase.

7.14. **Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:**

7.14.1. Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

7.14.2. Não estiver acompanhada do Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho, ou não conter o citado termo, de acordo respectivamente com o **Anexo V** deste Edital, salvo se o interessado credenciado presente na sessão produzir este documento no momento em que for constatada a sua falta na própria sessão;

7.14.3. Apresentar, após a fase de lance ou negociação, preço total superior ao valor máximo estimado pela EMAP, no subitem 1.2 deste Edital;

7.14.4. Apresentar prazo de validade da proposta e/ou prazo de execução em desacordo com o estabelecido nas alíneas “e”, “f” do subitem 6.1 deste Edital e não corrigi-lo(s) ou saná-lo(s) conforme previsto no subitem 6.9 deste Edital;

7.14.5. Apresentar proposta de preço com qualquer item com especificação e/ou quantitativos divergentes dos previstos no Anexo II – Modelo de Proposta, deste Edital, que venha a comprometer significativamente o objetivo final da contratação;

7.14.6. Deixar de apresentar preço para qualquer item constante do objeto do Anexo II - Modelo de Proposta, deste Edital;

7.14.7. Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas insanáveis capazes de dificultar o julgamento;

7.14.8. Forem apresentadas com rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;

7.14.9. Forem apresentadas por fax, via postal, meio eletrônico, ou por qualquer outro meio divergente ao estabelecido neste Edital.

7.15. Quando todas as propostas de preço forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas.

7.16. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar os preços visando sua redução.

7.17. Aceita a proposta de menor preço, será aberto o Envelope de Documentos de Habilitação, contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado para a verificação de suas condições habilitatórias.

7.18. Constatado o pleno atendimento das exigências editalícias a licitante será declarada vencedora, devendo apresentar no prazo de 03 (três) dias a proposta de preços devidamente ajustada ao lance ou ao valor negociado, sendo-lhe adjudicado, se não houver protesto por recurso, o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.19. Verificando-se discordância no preço total, o mesmo poderá ser corrigido com base no preço mensal e na quantidade efetivamente ofertada. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, deste que estes satisfaçam aos interesses da EMAP independentemente de consulta ao licitante.

7.20. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas de preços e da documentação de habilitação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.21. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, sendo, ao final, assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

8. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

8.1. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue, preferencialmente numerada, no local, dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado, identificado conforme o indicado no subitem 5.1.

8.2. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou o menor lance, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.

8.3. A participação, no presente procedimento licitatório, requer a apresentação de toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

a) Habilitação Jurídica;

b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

c) Qualificação Econômica e Financeira;

d) Qualificação Técnica e Operacional;

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

8.4. A **Habilitação Jurídica** deverá ser comprovada por meio da apresentação da seguinte documentação:

8.4.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

8.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente atualizado e registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.4.3. **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA**), comprobatória da situação atualizada do seu registro, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em atendimento ao disposto no art. 28, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e cumprimento aos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/2005, exigível somente para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão. O **Microempreendedor Individual-MEI**, em razão do seu tipo jurídico e de seu procedimento de registro, alteração, baixa e legalização ser realizado pelo Portal do Empreendedor, no qual expressa a sua situação cadastral com o número do seu registro e CNPJ, considerados certidões, está dispensado de apresentar a citada certidão da JUCEMA.

8.5. A **regularidade Fiscal** deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Prova de inscrição no **Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ)**.

8.5.2. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**.

8.5.3. **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, de acordo com a legislação de cada estado da federação, emitida até 120 (cento e vinte) dias contados da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade no texto da certidão, **sendo que para as empresas estabelecidas no Estado do Maranhão a comprovação deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais**.

8.5.4. Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.

8.5.5. Prova de regularidade com a **Seguridade Social – INSS**.

8.6. **Declaração de que não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos termos do **Anexo VIII**.

8.7. A **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.8. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.8.1 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.8.2 Entenda-se como "último exercício social já exigível" o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do **ano 2015**, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1999/2014 – Plenário – TCU).

8.8.3 Entenda-se como **"apresentados na forma da lei"** o seguinte:

a) Para os empresários e sociedades empresárias em geral, usuárias do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: mediante apresentação

de escrituração contábil digital (balanço e demonstrações), com autenticação dos livros contábeis digitais comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme art. 1º do Decreto 8.683/2016, de 26.2.2016.

b) Nos demais casos:

I. Para os empresários e sociedades empresárias: cópia autenticada do balanço Patrimonial e demonstrações contábeis **extraída do Livro Diário**, acompanhada dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);

II. Para as sociedades empresárias anônimas (regidas pela Lei nº 6.404/76): cópia autenticada do balanço Patrimonial e demonstrações contábeis publicados em Diário Oficial e/ou em Jornal de grande circulação, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/76);

III. Para as sociedades simples: cópia do balanço patrimonial e o de resultado econômico registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede (art. 1020 do Código Civil Brasileiro)

IV. Para as sociedades simples constituídas segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil: mediante cumprimento das normas fixadas para as sociedades empresárias em geral, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial, nos termos do art. 983 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.8.4 A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através da apresentação pelo licitante de memória de cálculo de índices contábeis, utilizando-se as fórmulas abaixo e demonstrando que os resultados atendem aos valores mínimos pré-estabelecidos:

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível de Longo Prazo}} \geq 1{,}0$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1{,}0$$

8.8.5 As empresas que apresentarem resultado do ILG e/ou ILC menor do que o exigido (≥ 1), quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação.

8.8.6 Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta

Comercial, incluindo, no caso de empresas estabalecidas no Estado do Maranhão, apresentação de Certidão atualizada da Jucema (Decreto Estadual nº 21.040/05).

8.8.7 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação do Balanço de Abertura, acompanhado do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado levantado com base no mês imediatamente anterior à data de apresentação da proposta.

8.8.8 Certidão Negativa de Falência (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço e dos documentos de habilitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

8.9. Relativa à Qualificação Técnica

8.9.1 Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço compatível com o objeto da licitação.

8.10. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação, nos termos do **Anexo VII** (apresentar somente para a empresa que optar pelo disposto no subitem 8.14 deste Edital).

8.11. As provas de regularidade fiscal e trabalhista poderão ser confirmadas, por diligência feita pelo Pregoeiro, inclusive por meio eletrônico de comunicação à distância.

8.12. As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal** relacionadas no item 8.5, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, ou diretamente **10 (dez) dias úteis**, a critério do Pregoeiro, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.

8.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.11, implicará na decadência do direito à contratação e a licitante será considerada inabilitada, cabendo à Administração selecionar a oferta subsequente em ordem de preço, verificando se existem outros licitantes com direito de preferência no mesmo intervalo, quando for o caso, e proceder ao exame de conformidade da proposta, a sua aceitabilidade e a habilitação da licitante, e assim sucessivamente até encontrar uma que atenda aos requisitos do Edital e aos interesses da EMAP.

8.14. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP, ou o Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Comissão Central Permanente de Licitação - CCL, substituirá os documentos enumerados nos subitens 8.4.1 e 8.4.2, obrigando-se a licitante a apresentar o referido Certificado acompanhado da **Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação**, conforme o modelo do **Anexo VII** deste Edital.

8.15. **Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou pela CSL da EMAP, sendo neste último caso com antecedência de até 24h (vinte e quatro horas) do horário marcado para a abertura dos envelopes, mediante a apresentação dos originais para confronto**.

8.16. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.17. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

9. DOS RECURSOS

9.1. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório, poderá o licitante, na forma do **Inciso XVIII, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002**, ao final da Sessão Pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrada em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da Sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3. Havendo manifestação da intenção de recurso, caberá ao licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da citada Ata.

9.4. Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contrarrazões também em 03 (três) dias, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Presidente da EMAP, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.7. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da EMAP, poderá homologar este procedimento licitatório, cabendo à EMAP a contratação com a(s) licitante(s) vencedora(s).

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1 O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.

10.2 Após a homologação do resultado da presente licitação pelo **Presidente da EMAP**, a empresa adjudicatária será convocada, por meio de correspondência específica, para no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do ofício de convocação, assinar o Contrato, **na sede da EMAP**, prestar a garantia, se houver, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12 deste Edital.

10.3 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EMAP.

10.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, prestar a garantia, se houver, e receber a Ordem de Serviço/Fornecimento, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

10.5 No ato da assinatura do contrato, caso a adjudicatária tenha sede ou filial estabelecida no Estado do Maranhão deverá apresentar comprovação de regularidade com a CAEMA, consoante determina o Decreto Estadual nº 21.178, de 26/2005.

10.6. A contratação fica condicionada à confirmação da autenticidade das certidões sujeitas à confirmação e à consulta prévia pela EMAP ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, consoante

determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a sua proposta, tumultuar a sessão, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar a contratar com a EMAP, pelo prazo de 02 dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria EMAP.

11.2 Se a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato e/ou prestar a garantia, se houver, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, a Sessão será retomada e as demais licitantes serão chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às seguintes penalidades:

11.2.1- suspensão temporária para participar de licitação e assinar contratos com o Estado do Maranhão pelo prazo de 2 (dois) anos;

11.2.2- declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos;

11.2.3- impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado do Maranhão pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

11.3- Além das penalidades estabelecidas anteriormente a **EMAP** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
11.3.1 – Advertência escrita.

11.3.2 - Multa simples moratória, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor global adjudicado, na hipótese de a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato e/ou prestar a garantia, se houver, prevista neste Edital, dentro do prazo estabelecido pela EMAP.

11.4- A multa a que se refere o subitem anterior será descontada da garantia, se houver, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

11.5- A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes dos serviços, objeto desta contratação, correrão por conta do Orçamento Geral da EMAP, para o exercício financeiro de 2017, Fonte 227- Recursos das Empresas Estatais – Transporte e Locomoção – Locação de Veículos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

13.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.3. Fica assegurado à **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

13.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

13.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

13.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

13.9. No julgamento da habilitação e das propostas, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

13.11. O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante publicação na Imprensa Oficial e/ou Jornal de grande circulação, e/ou no sítio da EMAP, e/ou mediante comunicação diretamente aos interessados através de Fax e/ou e-mail.

13.12. Este Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no sítio www.emap.ma.gov.br, no link Licitações, podendo ainda ser adquirido gratuitamente, por meio eletrônico, na CSL/EMAP, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 hora local.

13.13. **Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital, a licitante deverá acessar o sítio da EMAP www.emap.ma.gov.br, no link Licitações para acompanhamento de quaisquer alterações, erratas, adiamento, esclarecimentos, julgamento de impugnação, revogação, anulação e demais informações complementares referentes ao presente Edital.**

13.14. Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda do Pregoeiro, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.

13.15- São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.
ANEXO II – Modelo de Proposta.
ANEXO III – Carta de Credenciamento.

ANEXO IV – Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
ANEXO V – Modelo de Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho.
ANEXO VI – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação
ANEXO VIII – Declaração das Condições de Empregabilidade de Menor.
ANEXO IX – Minuta do Contrato.
ANEXO X – Normas de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.
ANEXO XI – Regras de ouro no trânsito do Porto do Itaqui.

São Luís/MA, 11 de Novembro de 2016.

João Luís Diniz Nogueira
Pregoeiro da EMAP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. RESUMO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, para transporte de passageiros e carga, afim de auxiliar nos trabalhos administrativos e operacionais da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Para detalhamento do objeto deste Termo de Referência, informamos que a contratação pretendida visa, sob regime de locação, terceirizar a frota de veículos que, cada um a seu modo e especificações, atenderá às várias necessidades exigidas dos setores que compõem esta empresa pública, seja nas áreas administrativas e/ou operacionais; seja para uso exclusivo de determinados setores em suas diligências especiais, quando a serviço.

2.2. Conforme tabelas abaixo, segue informações dos veículos listados como necessários:

RESUMO		
ITEM	TIPO DO VEÍCULO*	QTDE
1.0	PASSEIO – HATCH	15
2.0	PASSEIO – SEDAN	5
3.0	UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 01)	6
4.0	UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 02)	1
4.0	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	2
5.0	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE PARA 01 CADEIRANTE.	2
	TOTAL DE VEÍCULOS:	**31**

(*) Verificar planilhas com especificações e detalhamentos.

LOTAÇÃO – ITEM 1.0 / PASSEIO HATCH				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR	USO	QTDE
1.0	PASSEIO – HATCH	COAMB	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – HATCH	COSET	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – HATCH	GESEP	EXCLUSIVO	2
	PASSEIO – HATCH	COGPO	EXCLUSIVO	1

	PASSEIO – HATCH	COSEP	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – HATCH	GEIMP	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – HATCH	COSEG	DISPONÍVEL AOS SETORES DA EMAP	4
	PASSEIO – HATCH	GETIN	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – HATCH	-	DISPONÍVEL	3
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**15**

LOTAÇÃO – ITEM 2.0 / PASSEIO SEDAN				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR / DIRETORIA	USO	QTDE
2.0	PASSEIO – SEDAN	PRE	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – SEDAN	DAF	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – SEDAN	DEM	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – SEDAN	DOP	EXCLUSIVO	1
	PASSEIO – SEDAN	DPD	EXCLUSIVO	1
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**5**

LOTAÇÃO – UTILITÁRIO PICK UP (tipo 01)				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR	USO	QTDE
3.0	UTILITÁRIO PICK UP	COGPO	EXCLUSIVO	1
	UTILITÁRIO PICK UP	GETEX	EXCLUSIVO	1
	UTILITÁRIO PICK UP	GEOPE	EXCLUSIVO	1
	UTILITÁRIO PICK UP	GEMAN	EXCLUSIVO	1
	UTILITÁRIO PICK UP	COSEG	DISPONÍVEL AOS SETORES DA EMAP	1
	UTILITÁRIO PICK UP	-	DISPONÍVEL	1
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**6**

LOTAÇÃO – UTILITÁRIO PICK UP (tipo 02)				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR	USO	QTDE
4.0	UTILITÁRIO PICK UP	-	DISPONÍVEL	1
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**1**

LOTAÇÃO – VAN DE PASSAGEIROS				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR	USO	QTDE
5.0	VAN	COSEG	DISPONÍVEL AOS SETORES DA EMAP	1
	VAN	-	DISPONÍVEL	1
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**2**

LOTAÇÃO – VAN DE PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE P/ 01 CADEIRANTE				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO	SETOR	USO	QTDE
6.0	VAN P/ 01 CADEIRANTE	GETEX	TERMINAL DA PONTA DA ESPERA	1
	VAN P/ 01 CADEIRANTE	GETEX	TERMINAL DO CUJUPE	1
			TOTAL DE VEÍCULOS:	**2**

VEÍCULO TIPO PASSEIO - HATCH		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
1.0.	***1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo passeio - Hatch (Arquitetura em 02 volumes); ▪ Ano/Modelo 2016 ou superior; ▪ Cor prata; ▪ Porta - mala com volume mínimo de 320 L; ▪ Capacidade para 5 passageiros, com encosto de cabeça no mínimo para 04 passageiros (2 + 2); ▪ 4 (quatro) portas; ▪ Motor 1.0 cilindradas, 12 Válvulas ou superior, potência mínima 77 CV (gasolina) / 80 CV (etanol); ▪ Tecnologia Flex (Gasolina ou Etanol); ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS (Antiblockier-Bremssystem); ▪ Air bags frontal para motorista e passageiro (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 4.060 mm; entre - eixos 2.590 mm; largura 1.733 mm; e altura 1.536 mm; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica; ▪ Limpador de para-brisa traseiro; ▪ Câmbio manual com 5 velocidades e marcha à ré; ▪ Sistema multimídia, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB e Tecnologia Bluetooth; ***1.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Sensor de ré (estacionamento) original de fábrica; ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras e traseira; ▪ Fita Zebrada nos para - choques e laterais; ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.os 253 e 254.	15

VEÍCULO TIPO PASSEIO - SEDAN		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
2.0.	***2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo passeio - Sedan (Arquitetura em 3 volumes); ▪ Ano/Modelo 2016 ou superior; ▪ Cor preta / prata; ▪ Porta - mala com volume mínimo de 470 L; ▪ Capacidade para 5 passageiros, com encosto de cabeça para todos os passageiros (2 + 3); ▪ 4 (quatro) portas; ▪ Motor mínimo 1.8 cilindradas / 16 Válvulas; ▪ Tecnologia Flex (Gasolina / Etanol); ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS (Antiblockier-Bremssystem) nas 4 (quatro) rodas, original de fábrica; ▪ Air bags frontal para motorista e passageiro (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 4.620 mm; entre - eixos 2.700 mm; largura 1.775 mm; e altura 1.475 mm; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica ou elétrica progressiva; ▪ Câmbio automático de fábrica; ▪ Sistema multimídia de fábrica, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB, Tecnologia Bluetooth e GPS; ***2.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Sensor de ré (estacionamento) original de fábrica; ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras (imantado); ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.os 253 e 254.	05

VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO - PICK UP (tipo 01)		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
3.0.	***3.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo Utilitário - Pick Up, cabine dupla; ▪ Ano/Modelo 2016 ou superior; ▪ Cor prata; ▪ Volume da caçamba 1,280 m3 (mínimo); Área 2,52 m2 (mínima); ▪ Capacidade para 5 (cinco) passageiros, com encosto de cabeça para todos os passageiros (2 + 3); ▪ 4 (quatro) portas; ▪ Motor mínimo 2.0 cilindradas / 16 Válvulas, no mínimo 140 CV; ▪ Tração 4 x 4; ▪ Combustível Diesel ou Gasolina; ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS - Off Road (Antiblockier-Bremssystem); ▪ Air bags frontal para motorista e passageiro (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 5.254 mm; entre - eixos 3.095 mm; largura 1.944 mm; e altura 1.834 mm; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica; ▪ Câmbio manual com 6 velocidades e marcha à ré; ▪ Sistema multimídia, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB e Tecnologia Bluetooth. ***3.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Suporte para transportar ou amarrar qualquer carga (Santo Antônio); ▪ Capota marítima; ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Sensor de ré (estacionamento) original de fábrica; ▪ Sinal sonoro de ré (em atendimento à Norma Regulamentadora n.°29); ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras e traseira da caçamba; ▪ Fita Zebrada nos para - choques e laterais; ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.°s 253 e 254.	06

VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO - PICK UP (tipo 02)		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
4.0.	***4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo Utilitário - Pick Up, cabine dupla; ▪ Ano/Modelo 2016; ▪ Cor preta / prata; ▪ Volume da caçamba 1,280 m3 (mínimo); Área 2,52 m2 (mínima); ▪ Capacidade para 5 (cinco) passageiros, com encosto de cabeça para todos os passageiros (2 + 3); ▪ 4 (quatro) portas; ▪ Motor mínimo 2.0 cilindradas / 16 Válvulas, no mínimo 180 CV; ▪ Tração 4 x 4; ▪ Combustível Diesel ou Gasolina; ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS - Off Road (Antiblockier-Bremssystem); ▪ Air bags frontal para motorista e passageiro (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 5.254 mm; entre - eixos 3.095 mm; largura 1.944 mm; e altura 1.834 mm; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica ou elétrica; ▪ Câmbio automático de 08 marchas; ▪ Sistema multimídia, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB, Tecnologia Bluetooth e GPS. ***4.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Suporte para transportar ou amarrar qualquer carga (Santo Antônio); ▪ Capota marítima; ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Sensor de ré (estacionamento) original de fábrica; ▪ Sinal sonoro de ré (em atendimento à Norma Regulamentadora n.°29); ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras e traseira da caçamba; ▪ Fita Zebrada nos para - choques e laterais; ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.°s 253 e 254.	01

VEÍCULO TIPO VAN		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
5.0.	***5.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo Van para transporte de passageiros; ▪ Ano/Modelo 2016 ou superior; ▪ Cor prata; ▪ Volume do porta - malas mínimo de 800 L; ▪ Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros e um motorista; ▪ 2 portas, mais um porta corrediça lateral e porta traseira dupla; ▪ Motor mínimo 2.3 cilindradas / 16 válvulas; ▪ Combustível Diesel ou Gasolina; ▪ Tração dianteira; ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS (Antiblockier-Bremssystem); ▪ Air bags dianteiro para motorista (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 6.198 mm; entre - eixos 4.332 mm; largura 1.990 mm; e altura 2.496; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica; ▪ Câmbio manual com 6 velocidades e marcha à ré; ▪ Sistema multimídia, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB e Tecnologia Bluetooth. ***5.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Com sensor de ré (estacionamento); ▪ Sinal sonoro de ré (em atendimento à Norma Regulamentadora n.°29); ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras e traseira; ▪ Fita Zebrada nos para – choques; ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.°s 253 e 254.	2

VEÍCULO TIPO VAN ADAPTADA		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTDE
6.0.	***6.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:*** ▪ Veículo novo, de primeiro uso (zero quilômetro); ▪ Tipo Van para transporte de passageiros; ▪ Ano/Modelo 2016 ou superior; ▪ Cor prata; ▪ Adaptada com acessibilidade para passageiro com mobilidade reduzida (01 cadeirante), com plataforma elevatória automatizada (embarque e desembarque) e fixação por sistema de trilhos (Em conformidade com Legislação vigente para tal, em especial à Resolução nº 402/2012 do Conselho Nacional de Trânsito – Contran); ▪ Com capacidade geral para 11 passageiros não portadores de necessidades (mínima) + 01 passageiro cadeirante + 01 motorista; ▪ 2 portas, mais um porta corrediça lateral e porta traseira dupla; ▪ Motor mínimo 2.3 cilindradas / 16 válvulas; ▪ Combustível Diesel ou Gasolina; ▪ Tração dianteira; ▪ Trio elétrico original de fábrica (vidro elétrico, alarme e trava); ▪ Freios com sistema ABS (Antiblockier-Bremssystem); ▪ Air bags dianteiro para motorista (mínimo); ▪ Dimensões mínimas: comprimento 6.198 mm; entre - eixos 4.332 mm; largura 1.990 mm; e altura 2.496; ▪ Ar condicionado de fábrica; ▪ Direção hidráulica; ▪ Câmbio manual com 6 velocidades e marcha à ré; ▪ Sistema multimídia, com Radio AM, FM, MP3, entrada USB e Tecnologia Bluetooth. ***6.2. ITENS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:*** ▪ Sem disponibilização de motorista; ▪ Sem fornecimento de combustível; ▪ Com sensor de ré (estacionamento); ▪ Sinal sonoro de ré (em atendimento à Norma Regulamentadora n.°29); ▪ Disponibilidade 24 horas; ▪ Seguro total, com franquia de responsabilidade da locadora; ▪ Quilometragem livre; ▪ Com sistema de rastreamento para uso da Contratante; ▪ Giroflex fixo na cor amarela, 12 volts, com ímã; ▪ Com logo da Contratante nas portas dianteiras e traseira; ▪ Fita Zebrada nos para – choques; ▪ Sinalizações conforme Resolução nº 402/2012 do Conselho Nacional de Trânsito – Contran); ▪ Película para controle solar, atendendo aos padrões exigidos pelas Resoluções CONTRAN n.°s 253 e 254.	2

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Conforme Regimento Interno da EMAP, em seu Art. 9º, Inciso IX, *alínea "a",* compete a esta Coordenadoria de Serviços Gerais – COSEG a responsabilidade pela promoção de suporte / apoio administrativo aos setores desta empresa, bem como pela gestão da frota de veículos que a esta atende. Para tanto, torna – se indispensável realizarmos procedimento

licitatório para fins de nova contratação dos serviços sinalizados, já que considerados contínuos (essenciais e habituais) para o bom desempenho e resultado almejados pelas diversas áreas;

3.2. Conforme tipos e especificações relacionados no Item anterior (*2. Detalhamento do Objeto*), todos visam atender à real e cotidiana necessidade do transporte de empregados e deslocamentos de gestores ao encargo desta Contratante (Presidente, Diretores, Gerentes, Coordenadores e demais funcionários que integram as equipes de trabalho); de convidados, autoridades, visitações, movimentação de bens, mercadorias e suprimentos dentro e fora da poligonal do Porto do Itaqui, com excepcionalidade de deslocamento para outros municípios, dentro e fora do Estado do Maranhão, por motivo de participação em Feiras e serviços específicos, abrangendo as áreas administrativas e operacionais, bem como as demandas para gestão dos terminais externos/áreas delegadas;

3.3. Os veículos objeto de locação visam satisfazer 02 (dois) tipos de necessidades, a saber: (1) disponibilização de veículo para uso direto e exclusivo por alguns setores; e (2) disponibilização de veículos, via gestão da COSEG, para atendimento geral com disponibilização de apoio veicular a todos os setores da EMAP (ver Item *2. Detalhamento do Objeto*). Ao item (1) cabe dispor veículos para uso direto / exclusivo de determinados gestores e suas equipes de trabalho, quando indispensável à obtenção de resultados a eles exigidos; ao item (2) faz – se necessário manter veículos para atender às demandas que ensejam deslocamento veicular por todas as áreas, aos cuidados desta Coordenadoria de Serviços;

3.4. Ainda quanto às especificações requeridas na locação de veículos, cabe ressaltar a premente necessidade de mantermos nos Terminais de Passageiros da Ponta da Espera e Cujupe, veículo tipo Van (Adaptada) para transporte de usuários com necessidade especial ou mobilidade reduzida (idosos, cadeirante, gestantes, entre outros), que chegam para travessia de ferry, sendo uma ação de tornar eficiente e qualitativo o serviço público prestado. Reforça tal intento, as estatísticas que informam um trânsito de pessoas nestes Terminais em aproximadamente 1,7 Milhão de pessoais e 300 mil veículos (dados do ano de 2015). O transporte de *ferry boat* é uma importante via de integração da ilha de São Luís com a baixada maranhense e com a região norte do Brasil. Nesta visão, a EMAP, *responsável pela infraestrutura dos terminais, realiza melhorias contínuas que visam garantir em terra firme maior segurança, qualidade e conforto aos usuários do serviço*, cuja acessibilidade requerida,

complementar – se – á com a disponibilização de veículos para deslocamentos dos passageiros entre o ponto de chegada até o embarque no ferry, com uso prioritário de usuários específicos, conforme já descrito acima;

3.5. A totalidade de veículos requerida em nada altera o quadro atualmente existente, sendo este expediente um esforço desta COSEG para manter o bom desempenho decorrente da assistência veicular cotidianamente solicitada, o que, caso não atendida, resultará em prejuízos certos aos objetivos setoriais, e, sobretudo, à atividade fim que se propõe esta empresa. Devido à localização geográfica, os funcionários desta empresa possuem a premente necessidade de deslocamento rápido entre o Porto e logradouros existentes na ilha de São Luís e municípios vizinhos, o que promove a ininterrupção do trânsito de pessoais, documentação e materiais entre esta empresa e demais órgãos públicos, cliente e fornecedores. A parte estas demandas administrativas, não devemos esquecer da constância de tarefas operacionais que demanda deslocamento veicular, seja no apoio às operações que estão na base do atracamento de navios, como no suporte às atividades dos setores de Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Engenharia, Manutenção e Segurança Portuária;

3.6. Justifica – se a presente solicitação, ainda, pelas enormes vantagens que perfazem a contratação dos serviços de locação, dos quais destacamos a não assunção dos custos com: licenciamento e emplacamento, distribuição logística dos veículos, seguro, peças de reposição / serviços de manutenção preventiva e corretiva, revisão, depreciação, veículo reserva (interrupção da atividade), assistência 24 horas, custo da oportunidade capital, impostos e taxas, ociosidade da frota, investimentos de renovação, entre outros. Com a terceirização dos serviços destacados (obtido o valor justo, atrelado ao perfeito serviço requerido), liberamos esta empresa pública a concentrar esforços no verdadeiro foco que constitui o negócio da administração da Área Portuária, ao que acreditamos juntar competitividade e qualidade à atividade fim desta casa;

3.7. Destarte, ressaltamos que, entre os vários contratos que perfazem a base de apoio administrativo/operacional dispensado por esta COSEG, a locação de veículos é sem dúvidas um dos fundamentais, ao que justificamos a presente solicitação.

4. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo para execução do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses a contar da emissão da Ordem de Serviço. Devido o indispensável apoio veicular para o bom desempenho das tarefas administrativas / operacionais, informamos que estes serviços enquadram – se na categoria de contínuos (essenciais e habituais), na conformidade peculiar das atividades de administração da área portuária e seus terminais delegados, cuja interrupção ou paralisação trará inequívoco prejuízo, e, sobretudo, na esteira do que versa o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, que prevê a possibilidade de prorrogar a duração de contratos cujo objeto seja a execução de serviços contínuos, até sessenta meses, tal qual neste Termo solicitado.

5. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços de locação serão prestados no município de São Luís – MA, cabendo à contratada manter preposto e escritório nesta cidade, bem como todas as condições para perfeito atendimento e cumprimento das exigências do *Item 12. Obrigações da Contratada.* Ressaltamos que o referido acima, trata do local de execução indispensável junto à contratada para fins de gestão / fiscalização / execução do Contrato, ficando a distribuição e uso dos veículos locados a critério da Contratante, pontualmente em sua área de responsabilidade, a saber: Áreas Primária e Secundária do Porto do Itaqui, bem como os Terminais e outras áreas delegadas a esta EMAP como sob sua responsabilidade administrativa.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1. Os serviços de locação serão executados mensalmente, no período de 12 (doze) meses, 24 horas por dia, de domingo a domingo, cuja solicitação dos veículos se dará de acordo com a necessidade da Contratante, e a critério desta. Neste mesmo entendimento, os veículos em uso poderão ser devolvidos à Contratada, a qualquer tempo (Ver *Item 12. Obrigações da Contratada*).

7. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

7.1. Para atendimento das orientações do Núcleo de SSMA, a Contratada deverá cumprir com as seguintes recomendações, conforme Anexo I:

a. Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui, no início e ao longo do Contrato, com base na Portaria nº 3.214/78/TEM; Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do

Itaqui e Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

8. VALOR ESTIMADO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

8.1. Segue abaixo tabela com total de veículos a locar e disponibilidade financeira requerida para execução dos serviços para o período de 12 (doze) meses, no valor total de **R$ 1.428.600,00 (Hum milhão, quatrocentos e vinte e oito mil e seiscentos reais)**:

RESUMO				
ITEM	TIPO DO VEÍCULO*	QTDE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1.0	PASSEIO – HATCH	15	1.720,00	25.800,00
2.0	PASSEIO – SEDAN	5	4.000,00	20.000,00
3.0	UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 01)	6	5.800,00	34.800,00
4.0	UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 02)	1	6.450,00	6.450,00
5.0	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	2	7.000,00	14.000,00
6.0	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE PARA 01 CADEIRANTE.	2	9.000,00	18.000,00
			VALOR MENSAL:	**119.050,00**
			VALOR P/ 12 MESES:	**1.428.600,00**

(*) Detalhamento completo das especificações no Item 2. Detalhamento do Objeto.

8.2. Para efeito de disponibilidade financeira e orçamentária, a Gerência de Finanças já provisionou o referido valor para o exercício 2017, com a seguinte origem do recurso: Orçamento Geral da EMAP, exercício financeiro 2017 – fontes 227 – recursos das empresas estatais – Transporte e Locomoção – Locação de Veículos, no valor de **R$ 1.428.600,00 (Hum milhão, quatrocentos e vinte e oito mil e seiscentos reais)**, conforme Anexo II; e

8.3. Conforme *Relatório de Conformidade e Análise de Mercado nº 079/2016 – NAPPL/EMAP* (fls. 127 a 131), segue pesquisa de Mercado e Mapa de Preços dos valores em questão, ao que se considerou o menor valor proposto, por Item.

9. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Em atendimento ao que dispõe o Art. 67 da Lei 8.666/93 que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, informamos que a execução do pretendido contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Domingos Soeiro de Carvalho, Assessor Administrativo, e, em sua ausência / impedimento, o Sr. João de Jesus Moreno Dutra, Coordenador de Serviços Gerais, devendo, a saber:

a) Transmitir à Contratada as determinações que julgar necessárias, na conformidade dos

princípios que norteiam a Administração Pública;

b) Atestar, por meio de recibo ou simples atesto no verso da nota fiscal/fatura, a execução do serviço;

c) Receber os veículos locados, de acordo com a Ordem de Serviços emitida; bem como proceder à devolução dos mesmos, a critério desta Contratante;

d) Não permitir que os veículos locados sejam conduzidos por funcionários inabilitados;

e) Receber formalmente da Gerência de Compras e Contratos – GECOC o processo e o contrato, mediante a assinatura do Termo de Recebimento, para o devido acompanhamento da execução do objeto contratado;

f) Analisar pormenorizadamente as Cláusulas Contratuais;

g) Observar o prazo contratual de modo evitar descontinuidades destes serviços considerados de natureza contínua, atentando para as devidas distinções entre prazo de vigência e prazo de execução;

h) Ordenar a imediata retirada de suas dependências, de empregados da Contratada, cuja permanência seja inconveniente, ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo por exclusiva conta da Contratada quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

i) Acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da Contratada, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando - a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na lei;

j) A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização da EMAP não eximirá à Contratada da responsabilidade por eventuais vícios da execução dos serviços, objeto da contratação;

k) Informar à administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, bem como propor soluções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados;

l) Manter acervo próprio com pasta atualizada, no qual deverá constar todos os documentos e informações pertinentes à gestão / fiscalização dos serviços contratados, para fins de registro e controle;

m) Confeccionar os Termos de Recebimento e Utilização para assinatura dos gestores que

demandarem uso dos veículos, após a devida ciência e autorização pelo Presidente desta Contratante;

n) Manter regular acompanhamento dos veículos, sobretudo quanto a conservação e funcionamento; e

o) Além da lista acima, por não exaustiva, caberá ao fiscal tomar todas as providências atinentes aos princípios da administração pública, cuja finalidade última será a consecução do interesse público.

10. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. Entendida a imperiosa necessidade dos serviços de transporte para o bom desempenho desta EMAP em suas áreas de responsabilidade, reiteramos o caráter *essencial* e *habitual* que configura os serviços objeto deste Termo de Referência;

10.2. A não execução dos serviços ora almejados, em sua integralidade, ensejará a interrupção do apoio veicular, com impactos negativos em várias frentes de trabalho desta empresa por eventual paralisação da atividade contratada. A isso dá – se o interesse de funcionamento da atividade finalística desta Contratante, cuja não manutenção dos serviços de transporte, de forma rotineira e permanente como atividade auxiliar, implicará prejuízo ao interesse público pela falta de mobilidade requerida pelas áreas administrativas e operacionais.

11. REQUISITOS TÉCNICOS

11.1. Além das certidões e documentos básicos necessários à habilitação, a critério da *Comissão Setorial de Licitação – CSL/EMAP*, deverá ser solicitado aos licitantes apresentação de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente serviço compatível com o objeto desta licitação.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Para fins de cumprimento, caberá à Contratada:

a) Após assinatura do Contrato, os veículos serão requisitados através de Ordem de Serviço a ser emitida pela *Gerência de Contratos – GECOC/EMAP*, devendo ser entregues na Sede Administrativa da EMAP, ou em local a critério desta;

b) Apresentar os veículos sempre em perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo ao usuário ou a fiscalização, tal julgamento, caso contrário, os veículos terão que ser substituídos no prazo máximo de 02 (duas) horas;

c) Fornecer pasta com cópia dos documentos de todos os veículos, inclusive com os manuais de instrução;

d) Licenciar todos os veículos e manter a documentação atualizada, a saber : Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Bilhete de Seguro DPVAT, Imposto de Propriedade de Veículos Automotores, e outros que impactem em descontinuidade;

e) Disponibilizar frota, quando requisitada, por período de 24 (Vinte e quatro) horas diárias, estendido aos sábados, domingos e feriados;

f) Manter, conforme a categoria contida em cada item (características gerais), o mesmo padrão, principalmente no que tange a cor, que poderá ser prata, branca ou preta de acordo com a Ordem de Serviço a ser emitida pela EMAP;

g) Proteger por meio de seguro todos os veículos locados, conforme segue:

g.1 Cobertura total para os casos de furto, roubo, incêndio ou colisão, sem participação desta empresa, incluindo os aparelhos de som e vidros;

g.2 Cobertura deverá assegurar totalmente o conserto de danos materiais dos veículos alugados, e, ainda, danos materiais causados a terceiros.

g.3 Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo alugado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por passageiro.

g.4 A Franquia será de Responsabilidade da Contratada;

g.5. Por ocasião da entrega de veículos, deverá a Contratada apresentar ao fiscal de Contrato cópias autenticadas das respectivas Apólices de Seguros atualizadas, podendo a empresa entregar inicialmente uma declaração firmando que os carros estão devidamente segurados, até a emissão da Apólice;

h) Substituir todos veículos locados quando:

h.1 Apresentar defeito de qualquer ordem, por outro similar, ou na hipótese de a manutenção corretiva, que correrá por conta da contratada (assistência técnica 24h, em oficina própria ou credenciada), quando esta perdurar por mais de 04 (quatro) horas, segundo avaliação dos responsáveis pelo conserto ou reparo;

h.2 Ocorrendo defeito no perímetro da Ilha de São Luis – MA, a substituição deverá ocorrer dentro de até 02 (duas) horas, a partir da notificação, bem como substituir de imediato veículo danificado no local da ocorrência, sem ônus para esta Contratante;

h.3 Ocorrendo defeito em outro município, dentro de até 08 (oito) horas – excluído destas o tempo para deslocamento da base da contratada até o local onde se encontrar o veículo;

h.4 Fazer a substituição do veículo por outro nas mesmas características, em caráter permanente, quando houver as seguintes situações:

h.4.1.Em caso de perda total;

h.4.2 Em caso de roubo;

i) Manter preventivamente os veículos de acordo com o manual técnico do fabricante, ao que será de responsabilidade da Contratada os serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive serviços de borracharia / pneumáticos (conserto e substituição de pneus, câmara, entre outros), peças, revisões programadas por tempo ou quilometragem, troca de partes e peças que apresentem defeitos por vicio de fabricação ou desgaste natural, sem ônus para a Contratante. Devido à localização geográfica da Contratante, os serviços de borracharia, para continuidade das atividades, deverão ser prestados o mais próximo possível;

j) Disponibilizar serviço de guincho, com quilometragem livre, assistência 24 horas, sempre que um dos veículos locados fique impossibilitado de ser conduzido até uma oficina da Contratada (por motivado de acidente, pane, sinistro, ou situações correlatas), sem ônus para Contratante, ao que, concomitantemente, deverá se fornecido veículo substituto para continuidade do uso, com deslocamento do mesmo até o local do problema por funcionário da Contratada, sem ônus a esta EMAP;

k) Deverá pagar as multas de trânsito cometidas por funcionários da Contratante, e solicitar o reembolso a Contratante, que fará o pagamento integral do valor da infração em até 60 sessenta dias contados a partir do protocolo de solicitação de reembolso, para o fiscal do Contrato, em papel timbrado da contratada com cópia da infração de trânsito anexada (original deverá ser encaminhada o mais breve possível);

l) Proceder nos termos da lei junto aos órgãos de trânsito competente para efeito de pontuação da CNH do condutor infrator;

m) Quando da necessidade de entrega de veículo à contratada para fins de manutenção, revisão e outros serviços correlatos, o mesmo será entregue no estado em que se encontrar, podendo, se possível, ser lavado antes, desde que não ocasione descontinuidade nas atividades administrativas ou operacionais da Contratante. Para tanto, por ocasião do retorno do veículo para uso da Contratante, o mesmo deverá vir limpo e com nível de abastecimento igual ou superior, inclusive os veículos substitutos / provisórios;

n) Realizar higienização geral e interna da frota disponibilidade a cada 06 (seis) meses, sobretudo dos veículos lotados nas demandas operacionais, ou quando se fizer necessário, antes deste prazo;

o) Prestar os serviços ora contratados conforme as exigências deste Termo de Referência;

p) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros decorrentes de falhas dos veículos, ou seja, da execução do Contrato;

q) Manter serviço de atendimento, de domingo a domingo, visando operacionalização do contrato, informando nome do preposto a ser acionado, telefone convencional, celular e *e – mail*;

r) Responsabilizar-se pelo bom desempenho e comportamento de seus funcionários, principalmente o designado a ser o preposto, podendo a Contratante exigir imediata substituição cuja atuação julgue necessária;

s) Manter atualizada durante o período de vigência do Contrato condições de habilitação e qualificação apresentados durante a realização da licitação;

t) Apresentar a Nota Fiscal junto com as certidões exigidas, conforme Legislação, bem como a solicitação de pagamento a Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no protocolo da EMAP, até o terceiro dia útil do mês subsequente;

u) Estar em plenas condições de atendimento no prazo máximo de até 03 (três) dias da data da assinatura do contrato; e

v) Substituir a frota por veículos zero km a cada 24 meses, caso ocorra prorrogação do prazo contratual.

13. OBRIGAÇÕES DA EMAP

13.1. Caberá à EMAP para o bom andamento e cumprimento na entrega do serviço:

a) Fornecer todas as condições necessárias ao perfeito acompanhamento e supervisão da execução do objeto a contratar, conforme Item *9. Da Gestão e Fiscalização*;

b) Efetuar o pagamento dos serviços mensalmente, após o cumprimento das condições previamente exigidas;

c) Arcar com os custos de abastecimento dos veículos locados, com exceção dos veículos colocados à disposição da EMAP no momento da entrega por condição de substituição, retorno de manutenção ou revisão;

d) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para a boa prestação dos serviços;

e) Assegurar o livre acesso dos empregados da licitante vencedora quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do Contrato enquanto perdurar pendências que contrariem as condições exigidas em Contrato, o qual poderá acionar a contratada, a qualquer momento, para correção das irregularidades;

14.2. Entregues os veículos, na conformidade das especificações requeridas e demais Termos Contratuais, o Fiscal / Gesto representante da EMAP realizará Termo Definitivo de Recebimento do Objeto.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

15.1. Para fins de pagamento, os serviços serão medidos mensalmente, ao que se pagará pelos veículos efetivamente colocados à disposição desta Contratante no mês de referência; e

15.2. Para cumprimento do item anterior, ficará o Fiscal do Contrato, ou seu substituto, responsável por manter controle da frota de veículos disponibilizada, com indicação do setor de lotação, gestor e / ou responsáveis, placa de cada veículo, custo contratado, atividades gerais desenvolvidas, com fecho mensal para fins de consumação da medição do pagamento à contratada;

15.3 A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, Inscrição Estadual nº 12.180.031-8, endereço: Porto do Itaqui, s/n, Itaqui, CEP: 65.085-370, São Luís - MA, e deverá estar acompanhada de Carta de encaminhamento e com solicitação de pagamento da respectiva Nota Fiscal;

15.4. A empresa contratada deverá apresentar, para efeito de pagamento, juntamente com a Nota Fiscal:

- Carta endereçada à EMAP formalizando o pedido de pagamento;
- Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
- Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual e Municipal (CND).

15.5. O pagamento dos serviços realizados pela empresa contratada estará condicionado, também, à comprovação de regularidade da empresa contratada junto ao Cadastro Estadual de

Inadimplentes – CEI, do Estado do Maranhão, conforme estabelecido no Decreto Nº 21.331, de 20 de julho de 2005;

15.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. VISITA TÉCNICA

16.1. À empresa licitante interessada em participar do Certame Licitatório, será facultada a solicitação de informações ou visita das áreas em que se fará uso dos veículos, ao que não deverá alegar, quando da execução do Contrato, quaisquer desconhecimentos que impactem na execução do mesmo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa a licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços, *e que atendemos plenamente às exigências de habilitação*, comprometendo-se a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS VEÍCULOS	QUANTI-DADE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (A)	PREÇO TOTAL MENSAL (B) = A x 15
01	VEÍCULO PASSEIO – HATCH. Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	15		
02	VEÍCULO PASSEIO – SEDAN. Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	05		
03	VEÍCULO UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 01). Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	06		
04	VEÍCULO UTILITÁRIO – PICK UP (tipo 02). Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	01		
05	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	02		
06	VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM ACESSIBILIDADE PARA 01 CADEIRANTE. Indicar as especificações técnicas do veículo ofertado, de acordo com o exigido no subitem 6.1 do Edital e Item 2 – Detalhamento do Objeto do Termo de Referência.	02		
VALOR TOTAL MENSAL..... R$				
VALOR TOTAL ANUAL ..... R$				

VALOR TOTAL MENSAL R$ _____,__ (_____)

VALOR TOTAL ANUAL R$ _____,__ (_____)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 12 (doze) meses.

Data, ___de _____de 2016.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

São Luís - MA., ___ de _____ 2016.

AO
PREGOEIRO DA EMAP

(empresa)_____, por seu representante legal, que esta subscreve, credencia o Sr. _____, portador da CI n° _____ e do CPF n° _____, para representá-la perante o **Pregão** em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase do processo licitatório e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Atenciosamente,

_____
Nome e assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP**

A Empresa _____, signatária inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, nos termos do art. 4, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, possuir todos os requisitos constantes do edital que a habilite a participar do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP** .

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NA LICITAÇÃO, SALVO SE O INTERESSADO PRESENTE NA SESSÃO FOR SÓCIO OU PROPRIETÁRIO OU PROCURADOR, O QUAL PODERÁ PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO EM QUE FOR CONSTATADA A SUA FALTA NA PRÓPRIA SESSÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº_____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, R.G. nº_____, CPF nº _____, DECLARA para os fins de direito, caso seja declarada vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP** e celebrado o respectivo Contrato Administrativo, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NA LICITAÇÃO, SALVO SE O INTERESSADO PRESENTE NA SESSÃO FOR SÓCIO OU PROPRIETÁRIO OU PROCURADOR, O QUAL PODERÁ PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO EM QUE FOR CONSTATADA A SUA FALTA NA PRÓPRIA SESSÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP**

DECLARO, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que a Empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93, que até a data de entrega dos envelopes, nenhum fatos ocorreu que inabilite a empresa em participar do Pregão Presencial em epígrafe**,** e que contra a mesma não existe pedido de falência.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

OBS: ESTA DECLARAÇÃO É OBRIGATÓRIA SOMENTE À LICITANTE QUE OPTAR PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO INTEGRADO DE FORNECEDORES-CRIF, EXPEDIDO PELA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP, OU O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC, EMITIDO PELA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CCL, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS ENUMERADOS NOS SUBITENS 8.4.1 E 8.4.2 DO EDITAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE DE MENOR

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2016/00-EMAP

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA–EMAP E A _____, PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA, AFIM DE AUXILIAR NOS TRABALHOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP.

A **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**, empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, Inscrição Estadual nº 12.180.031-8, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC, com sede no Porto do Itaqui, São Luís - Maranhão, daqui por diante denominada **EMAP**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. _____, inscrito no R.G. sob o nº _____ e no CPF sob o nº ___.___.___-__, por seu _____, Sr. _____, inscrito no R.G. sob o nº _____ e no CPF sob o n° ___.___.___-__, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por seu sócio, Sr. _____, inscrito no R.G. sob o n° _____, e no CPF sob o n° ___.___.___-__, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, ajustado o presente Contrato, cuja lavratura foi regularmente autorizada pela Diretoria Executiva da EMAP, conforme consta do Processo Administrativo n.º 1407/2016-EMAP, de 29.09.16 e do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP** e respectivos anexos que a este integram, independentemente de transcrição, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Lei Estadual n° 9.529/2011, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, à Proposta adjudicada e registada e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

É objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, para transporte de passageiros e carga, afim de auxiliar nos trabalhos administrativos e operacionais da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Toda e qualquer alteração, somente poderá ser executada mediante aprovação prévia por parte da EMAP, devendo ser efetivada por meio de apostilamento ou termo aditivo ao Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Integram este Instrumento, independentemente de transcrição, a Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Lei Estadual n° 9.529/2011, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a legislação complementar, que a CONTRATADA, desde já, aceita e declara conhecer, bem como a Proposta da mesma, apresentada no correspondente Processo Administrativo n.º 1407/2016-EMAP, de 29.09.16, ficando, porém, ressalvadas, como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços objeto deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da data indicada na Ordem de Serviço emitida pela EMAP, a ser emitida pela EMAP, autorizando o início das atividades, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do objeto ora contratado é de R$ _____ (_____), conforme proposta apresentada pela Contratada no Processo Licitatório do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP**, e aceita pela EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No preço contratual apresentado na proposta da CONTRATADA estão incluídos todos os custos com mão-de-obra, equipamentos, peças, materiais, serviços, hospedagem, alimentação, licenças, transportes, seguro, impostos, encargos sociais e quaisquer incidências tributárias, bem como as resultantes das leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias, que se aplicarem direta ou indiretamente, e que venham a incidir no cumprimento deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A juízo exclusivo da EMAP, e com as devidas justificativas, poderão ser atribuídos ou suprimidos materiais/serviços, decorrentes desta contratação até o limite permitido por Lei.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O preço referido na Cláusula Terceira, Caput, deste Contrato, constante na Proposta da Contratada apresentada no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP** será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses. Ultrapassado esse período, o reajustamento deste contrato far-se-á pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou na sua ausência, qualquer outro utilizado pelo Governo nos contratos dessa natureza.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, mediante depósito em Conta Corrente da Contratada, no Banco do Brasil S.A. ou em outra instituição bancária por ela indicada,

mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços executados e medidos no período, devidamente certificada pela Fiscalização, observadas as condições de preços propostos pela CONTRATADA e aceitos pela EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ sob o nº 03.650.060/0001-48, Inscrição Estadual nº 12.180.031-8, endereço: Porto do Itaqui, s/n, Itaqui, CEP: 65.085-370, São Luís – MA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A contratada deverá apresentar, para efeito de pagamento, juntamente com a Nota Fiscal, Carta endereçada à EMAP formalizando o pedido e a documentação de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista elencadas no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou pela Fiscalização ou por funcionário da EMAP designado para esse fim, sendo nestes dois últimos casos, mediante a apresentação dos originais para confronto.

O pagamento dos serviços realizados pela empresa contratada estará condicionado, também, à comprovação de regularidade da empresa contratada junto ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, do Estado do Maranhão, conforme estabelecido no Decreto Nº 21.331, de 20 de julho de 2005;

PARÁGRAFO TERCEIRO

A EMAP terá o prazo de até 30 (trinta) dias contado da data de recebimento da Nota Fiscal, para efetuar o pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO QUINTO

Pelo não pagamento da fatura até o 30º (trigésimo) dia do seu recebimento, a EMAP efetuará a título de compensação financeira à Contratada, encargos moratórios devidos diários de 0,066%, (sessenta e seis milésimos por cento) do seu valor, até o limite de 2% (dois por cento), em razão do atraso no pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do estabelecido na Cláusula Primeira deste Contrato, constituem obrigações:

I - Da **EMAP:**

a) Fornecer todas as condições necessárias ao perfeito acompanhamento e supervisão da execução do objeto a contratar, conforme Item *9. Da Gestão e Fiscalização*;
b) Efetuar o pagamento dos serviços mensalmente, após o cumprimento das condições previamente exigidas;

c) Arcar com os custos de abastecimento dos veículos locados, com exceção dos veículos colocados à disposição da EMAP no momento da entrega por condição de substituição, retorno de manutenção ou revisão;
d) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para a boa prestação dos serviços;
e) Assegurar o livre acesso dos empregados da licitante vencedora quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

II – Da **CONTRATADA**:

a) Entregar os veículos requisitados, através de Ordem de Serviço, na Sede Administrativa da EMAP, ou em local a critério desta;
b) Apresentar os veículos sempre em perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo ao usuário ou a fiscalização, tal julgamento, caso contrário, os veículos terão que ser substituídos no prazo máximo de 02 (duas) horas;
c) Fornecer pasta com cópia dos documentos de todos os veículos, inclusive com os manuais de instrução;
d) Licenciar todos os veículos e manter a documentação atualizada, a saber: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Bilhete de Seguro DPVAT, Imposto de Propriedade de Veículos Automotores, e outros que impactem em descontinuidade;
e) Disponibilizar frota, quando requisitada, por período de 24 (Vinte e quatro) horas diárias, estendido aos sábados, domingos e feriados;
f) Manter, conforme a categoria contida em cada item (características gerais), o mesmo padrão, principalmente no que tange a cor, que poderá ser prata, branca ou preta de acordo com a Ordem de Serviço a ser emitida pela EMAP;
g) Proteger por meio de seguro todos os veículos locados, conforme segue:

g.1 Cobertura total para os casos de furto, roubo, incêndio ou colisão, sem participação desta empresa, incluindo os aparelhos de som e vidros;

g.2 Cobertura deverá assegurar totalmente o conserto de danos materiais dos veículos alugados, e, ainda, danos materiais causados a terceiros.

g.3 Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo alugado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por passageiro.

g.4 A Franquia será de Responsabilidade da Contratada;

g.5. Por ocasião da entrega de veículos, deverá a Contratada apresentar ao fiscal de Contrato cópias autenticadas das respectivas Apólices de Seguros atualizadas, podendo a empresa entregar inicialmente uma declaração firmando que os carros estão devidamente segurados, até a emissão da Apólice;

h) Substituir todos veículos locados quando:

h.1 Apresentar defeito de qualquer ordem, por outro similar, ou na hipótese de a manutenção corretiva, que correrá por conta da contratada (assistência técnica 24h, em oficina própria ou credenciada), quando esta perdurar por mais de 04 (quatro) horas, segundo avaliação dos responsáveis pelo conserto ou reparo;

h.2 Ocorrendo defeito no perímetro da Ilha de São Luis – MA, a substituição deverá ocorrer dentro de até 02 (duas) horas, a partir da notificação, bem como substituir de imediato veículo danificado no local da ocorrência, sem ônus para esta Contratante;

h.3 Ocorrendo defeito em outro município, dentro de até 08 (oito) horas – excluído destas o tempo para deslocamento da base da contratada até o local onde se encontrar o veículo;

h.4 Fazer a substituição do veículo por outro nas mesmas características, em caráter permanente, quando houver as seguintes situações:

h.4.1.Em caso de perda total;

h.4.2 Em caso de roubo;

i) Manter preventivamente os veículos de acordo com o manual técnico do fabricante, ao que será de responsabilidade da Contratada os serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive serviços de borracharia / pneumáticos (conserto e substituição de pneus, câmara, entre outros), peças, revisões programadas por tempo ou quilometragem, troca de partes e peças que apresentem defeitos por vicio de fabricação ou desgaste natural, sem ônus para a Contratante. Devido à localização geográfica da Contratante, os serviços de borracharia, para continuidade das atividades, deverão ser prestados o mais próximo possível;

j) Disponibilizar serviço de guincho, com quilometragem livre, assistência 24 horas, sempre que um dos veículos locados fique impossibilitado de ser conduzido até uma oficina da Contratada (por motivado de acidente, pane, sinistro, ou situações correlatas), sem ônus para Contratante, ao que, concomitantemente, deverá se fornecido veículo substituto para continuidade do uso, com deslocamento do mesmo até o local do problema por funcionário da Contratada, sem ônus a esta EMAP;

k) Deverá pagar as multas de trânsito cometidas por funcionários da Contratante, e solicitar o reembolso a Contratante, que fará o pagamento integral do valor da infração em até 60 sessenta dias contados a partir do protocolo de solicitação de reembolso, para o fiscal do Contrato, em papel timbrado da contratada com cópia da infração de trânsito anexada (original deverá ser encaminhada o mais breve possível);

l) Proceder nos termos da lei junto aos órgãos de trânsito competente para efeito de pontuação da CNH do condutor infrator;

m) Quando da necessidade de entrega de veículo à contratada para fins de manutenção, revisão e outros serviços correlatos, o mesmo será entregue no estado em que se encontrar, podendo, se possível, ser lavado antes, desde que não ocasione descontinuidade nas atividades administrativas ou operacionais da Contratante. Para tanto, por ocasião do retorno do veículo para uso da Contratante, o mesmo deverá vir limpo e com nível de abastecimento igual ou superior, inclusive os veículos substitutos / provisórios;

n) Realizar higienização geral e interna da frota disponibilidade a cada 06 (seis) meses, sobretudo dos veículos lotados nas demandas operacionais, ou quando se fizer necessário, antes deste prazo;

o) Prestar os serviços ora contratados conforme as exigências deste Termo de Referência;

p) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros decorrentes de falhas dos veículos, ou seja, da execução do Contrato;

q) Manter serviço de atendimento, de domingo a domingo, visando operacionalização do contrato, informando nome do preposto a ser acionado, telefone convencional, celular e *e – mail*;

r) Responsabilizar-se pelo bom desempenho e comportamento de seus funcionários, principalmente o designado a ser o preposto, podendo a Contratante exigir imediata substituição cuja atuação julgue necessária;

s) Manter atualizada durante o período de vigência do Contrato condições de habilitação e qualificação apresentados durante a realização da licitação;

t) Apresentar a Nota Fiscal junto com as certidões exigidas, conforme Legislação, bem como a solicitação de pagamento a Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no protocolo da EMAP, até o terceiro dia útil do mês subsequente;

u) Estar em plenas condições de atendimento no prazo máximo de até 03 (três) dias da data da assinatura do contrato; e

v) Substituir a frota por veículos zero km a cada 24 meses, caso ocorra prorrogação do prazo contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA assume total responsabilidade pelo cumprimento das Cláusulas e condições deste Contrato, respondendo perante à EMAP e terceiros pela cobertura dos riscos e acidentes de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO

As licenças para a execução dos serviços, se houverem, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, correrão por conta e risco exclusivo da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

O objeto deste Contrato será fiscalizado pelo Sr. Domingos Soeiro de Carvalho, assessor administrativo da EMAP, daqui por diante denominada simplesmente "Fiscalização", independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços, que venham a ser determinados pela EMAP, a seu exclusivo juízo, podendo ser substituído pelo Sr. João Moreno Dutra, Coordenador de Serviços Gerais da EMAP, em seu impedimento.

Em atendimento ao que dispõe o Art. 67 da Lei 8.666/93 que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, a fiscalização deve:

a) Transmitir à Contratada as determinações que julgar necessárias, na conformidade dos princípios que norteiam a Administração Pública;
b) Atestar, por meio de recibo ou simples atesto no verso da nota fiscal/fatura, a execução do serviço;
c) Receber os veículos locados, de acordo com a Ordem de Serviços emitida; bem como proceder à devolução dos mesmos, a critério desta Contratante;
d) Não permitir que os veículos locados sejam conduzidos por funcionários inabilitados;
e) Receber formalmente da Gerência de Compras e Contratos – GECOC o processo e o contrato, mediante a assinatura do Termo de Recebimento, para o devido acompanhamento da execução do objeto contratado;
f) Analisar pormenorizadamente as Cláusulas Contratuais;
g) Observar o prazo contratual de modo evitar descontinuidades destes serviços considerados de natureza contínua, atentando para as devidas distinções entre prazo de vigência e prazo de execução;
h) Ordenar a imediata retirada de suas dependências, de empregados da Contratada, cuja permanência seja inconveniente, ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo por exclusiva conta da Contratada quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
i) Acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da Contratada, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando - a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções e penalidades previstas neste instrumento e na lei;
j) A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização da EMAP não eximirá à Contratada da

responsabilidade por eventuais vícios da execução dos serviços, objeto da contratação;

k) Informar à administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, bem como propor soluções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados;

l) Manter acervo próprio com pasta atualizada, no qual deverá constar todos os documentos e informações pertinentes à gestão / fiscalização dos serviços contratados, para fins de registro e controle;

m) Confeccionar os Termos de Recebimento e Utilização para assinatura dos gestores que demandarem uso dos veículos, após a devida ciência e autorização pelo Presidente desta Contratante;

n) Manter regular acompanhamento dos veículos, sobretudo quanto a conservação e funcionamento; e

o) Além da lista acima, por não exaustiva, caberá ao fiscal tomar todas as providências atinentes aos princípios da administração pública, cuja finalidade última será a consecução do interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Fiscalização de que trata o *caput* desta Cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da EMAP, dos seus empregados, prepostos ou contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Todas as Ordens de Serviço, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada, serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA manterá sempre um preposto para as tratativas e para resolver as questões que surgirem durante a execução deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO EXECUTADO

O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente pela Fiscalização no prazo de até 05 (cinco) corridos contado da comunicação escrita do contratado, e definitivamente por servidor ou comissão designada pelo Presidente da EMAP, no prazo de até 30 (trinta) corridos contado da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório, mediante recibo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os veículos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do Contrato enquanto perdurar pendências que contrariem as condições exigidas em Contrato, o qual poderá acionar a contratada, a qualquer momento, para correção das irregularidades;

Entregues os veículos, na conformidade das especificações requeridas e demais Termos Contratuais, o Fiscal / Gesto representante da EMAP realizará Termo Definitivo de Recebimento do Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, e das responsabilizações civil e criminal por ilícitos a que tiver dado causa, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas a seguir descritas:

a) Advertência escrita, podendo, ainda, se for o caso, ser fixado prazo para a adoção de medidas corretivas;

b) Multa:

b1. De 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b2. De 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

b3. De 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação nas seguintes situações:

b3.1) recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela EMAP;

b3.2) no descumprimento de cláusula contratual, à exceção da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou de parcela deste, cuja não observância sujeita o responsável às sanções previstas nas alíneas “b1” e “b2”, conforme o caso.

b4. Decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso na execução do objeto pactuado, este contrato será rescindido, exceto se houver interesse justificado da **EMAP** na manutenção da avença, sem prejuízo de o autor do ilícito ser apenado na forma da alínea “b2”, desta Cláusula;

b5. No caso de não pagamento voluntário no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação da aplicação da sanção, a **EMAP** poderá:

b5.1) descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos pela EMAP;

b5.2) descontar da garantia caso a multa seja de valor superior aos créditos da CONTRATADA, devendo a garantia ser recomposta no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de se configurar inexecução contratual.

b5.3) inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção das medidas previstas nas alíneas “b5.1” e “b5.2”.

b6. A multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, em função da natureza e da gravidade do ilícito.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Maranhão por prazo não superior a 02 (dois) anos, devendo ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

c1. por até 30 (trinta) dias:

c1.1) descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência;

c1.2) perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação;

c2. de 31 (trinta e um) dias a 6 (seis) meses:

c2.1) reincidências no cometimento de ilícito punível com advertência, em prazo inferior a 12 (doze) meses da última sanção aplicada, que cause grave prejuízo à EMAP;

c2.2) aplicação de nova sanção de multa pelas seguintes condutas, nos casos de atraso na execução do objeto, que cause grave prejuízo à EMAP, ou por alteração de quantidade ou qualidade prevista no edital ou na proposta;

c3. de 6 (seis) a 12 (doze) meses:

c3.1) retardamento imotivado na execução de serviço, obra ou fornecimento de bens que implique necessária rescisão contratual;

c3.2) não pagamento de multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas;

c4. de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses:

c4.1) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados;

c4.2) declaração falsa;

c4.3) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos relacionados ao contrato;

c4.4) paralisação do serviço, obra ou fornecimento de bens sem justo motivo e prévia comunicação à EMAP;

c4.5) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;

c4.6) inexecução contratual da qual resultem graves prejuízos à EMAP.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

d.1) a declaração de inidoneidade só será aplicada para as condutas previstas na alínea "c4", desde que haja prejuízos a serem ressarcidos à EMAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A reabilitação perante a Administração dar-se-á pelo cumprimento das obrigações de ressarcir os prejuízos; de pagar as multas devidas; e, se houver, de fazer.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No ato da declaração de inidoneidade, a EMAP deve indicar, para fim de reabilitação, o valor a ser ressarcido pela CONTRATADA, com os acréscimos legais devidos, e as eventuais obrigações de fazer.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A(s) multa(s) será(ão) aplicada(s) pela FISCALIZAÇÃO e deverá(ão) ser recolhida(s) à Coordenadoria de Finanças da **EMAP**, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias a partir de sua(s) notificação(ões).

PARÁGRAFO QUARTO

De qualquer multa imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do recolhimento, oferecer recurso ao Presidente da **EMAP** por meio da FISCALIZAÇÃO, que o encaminhará devidamente informado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer outra disposição do presente Contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela EMAP, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, quando da ocorrência de um dos seguintes casos:

a) se o presente Contrato for transferido a outrem, no todo ou em parte, sem a prévia autorização da EMAP;
b) se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação fiscalizadora da EMAP;
c) se a CONTRATADA deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas do presente Contrato, ou se incidir mais de duas vezes na mesma falta, sem prejuízo da multa de que trata a Cláusula Décima Primeira deste Instrumento;
d) se vier a ser decretada a falência ou a liquidação da CONTRATADA;
e) o atraso injustificado do início da execução dos serviços;
f) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da EMAP e exaradas no correspondente processo administrativo.
g) Demais motivos previstos no art. 78 da Lei Federal n° 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se a rescisão deste Contrato provocar prejuízos e/ou danos diretos à EMAP, promoverá esta, a responsabilidade da Contratada, visando o seu respectivo ressarcimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica estabelecido que a cobrança de quaisquer importâncias devidas pela Contratada à EMAP será feita por meio de processo de execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se a EMAP julgar necessário rescindir o presente Contrato, não tendo a Contratada dado causa à rescisão, poderá fazê-lo mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, pagando os produtos e serviços fornecidos e executados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Orçamento Geral da EMAP, para o exercício financeiro de 2017, Fonte 227- Recursos das Empresas Estatais – Transporte e Locomoção – Locação de Veículos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Contrato, no "Diário Oficial" será providenciada pela EMAP, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Contrato está vinculado ao Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP .**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deverão ser resolvidos entre as partes contratantes e constituirão objeto de Termo Aditivo ao presente Contrato, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A Contratada não poderá transferir a outrem parte do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da EMAP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

E, por estarem de pleno acordo, as partes Contratantes assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís(MA), ____ de _____ de 2016.

Presidente da EMAP	Representante Legal da Contratada

T E S T E M U N H A S:

Pela **EMAP**	Pela **CONTRATADA**
RG nº:	**RG nº:**
CPF nº:	CPF nº:

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2016-EMAP

ANEXO X

NORMAS DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS CONTRATADAS E PRESTADORAS DE SERVIÇO NO PORTO DO ITAQUI

01 - OBJETIVO

Estas instruções visam orientar e definir procedimentos para as Empresas Contratadas, no que se refere às diretrizes Básicas de Segurança do Trabalho, Higiene Industrial na área do Porto Organizado do Itaqui, com o objetivo de preservar a integridade do trabalhador, meio ambiente e o patrimônio, assegurando a continuidade das atividades.

02 - CONCEITUAÇÃO

Para os fins desta Norma, Empresas e Contratadas ou, simplesmente Contratados, são as empresas que, mediante um instrumento contratual, executem serviços para a EMAP e tenham empregados trabalhando nas dependências da mesma.

Prestadoras de Serviço são todas as empresas que prestam serviços nas áreas sobre administração da EMAP, incluindo: Operadores, Arrendatários e prestadores de serviço.

03 - APLICAÇÃO

Estas instruções aplicam-se às Empresas referidas no item 02 e devem, obrigatoriamente, ser parte integrante dos Editais de Licitação e anexo ao contrato.

Na execução do objeto do contrato, obrigam-se, ainda, as Contratadas a respeitar a legislação vigente sobre a Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Portaria 3214/78, Programa de Gerenciamento de Segurança e Saúde Ocupacional, acatando, também, outras recomendações específicas que sejam feitas pela COSET – Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho.

04 - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

4.1 - Precauções

A Contratada juntamente com o fiscal do contrato (EMAP), deverá comparecer junto a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho - COSET, antes do início das obras ou serviços, a fim de tomarem ciência das medidas a serem adotadas durante a execução dos mesmos.

Apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	PRAZO
PCMAT	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
PCMSO	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
Exames médicos e ASO	Antes do início dos serviços
Certificado de treinamento 6 (seis horas)	Antes do início dos serviços
Vínculo empregatício	Antes do início dos serviços
Relação de EPI´S com os CA'S	Antes do início dos serviços

4.2 - Vistorias de Segurança

A COSET realizará, podendo ter o acompanhamento dos membros da CIPA, no desempenho de suas funções inspeções periódicas nos canteiros de obras/serviços da Contratada, visando verificar o cumprimento das determinações legais referentes à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e Meio Ambiente, assim como

normas, instruções, recomendações e outros atos da EMAP sobre o assunto.
Constatadas quaisquer irregularidades, a COSET, CIPA e demais empregados da EMAP, deverão notificar o Fiscal do Contrato, que providenciará para que sejam sanadas as irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
A EMAP poderá a qualquer tempo, solicitar a presença de representantes da Superintendência Regional do Trabalho - SRT, em suas obras, a fim de auxiliar na orientação e fiscalização do cumprimento de todas as disposições legais.
Além dos relatórios que a Contratada está obrigada a fornecer ao Ministério do Trabalho, conforme legislação vigente, obriga-se também a enviar mensalmente a EMAP, o Relatório Mensal de Acidentes. Os Relatórios deverão ser enviados a COSET, no máximo até o 3º dia útil do mês subsequente, conforme Ficha de Controle de Acidentes do PSSO.
Obs. A ocorrência de qualquer acidente deve ser comunicado a COSET de imediato (mesmo turno da ocorrência), através do telefone 3216 -6053 e 3216-6087.

4.3 - Suspensão dos Trabalhos por Motivo de Segurança

4.3.1 - A EMAP se reserva o direito de suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente de ameaça à segurança e/ou danos às pessoas, bem como no ambiente de trabalho, ficando estabelecido que estas suspensões não eximem a Contratada das obrigações e penalidades estabelecidas no Contrato, referentes a prazos e multas.

4.3.2 - O não cumprimento das Normas acarretará à Contratada a suspensão de medições, pagamentos e/ou serviços pela EMAP, sem prejuízo das obrigações e penalidades contratuais referentes a prazo.

05 - CIPA

Conforme o quadro I da NR5, a Contratada procederá da forma abaixo.

5.1.1 - Com número inferior a 20 (vinte) empregados, deverá escolher um **responsável** pelo **cumprimento** das atribuições da NR 05 e, consequentemente oficializá-los perante a COSET e CIPA da EMAP.

5.1.2 - Com número igual ou superior a 20 (vinte) empregados deverá formar sua CIPA e, oficializá-la em 30 dias após mobilizações dos canteiros de obra.

Nota:

As Contratadas deverão apresentar a COSET e CIPA evidências objetivas de suas CIPA's, obedecendo rigorosamente a NR 05. Também deverá constar programa de conscientização de seus empregados, quanto à prática de segurança, por exemplo: reuniões periódicas, campanhas, treinamentos, etc.

06 - SESMT

6.1- As Contratadas deverão possuir Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, de acordo com o Quadro I, da NR 4, Portaria 3.214/78.

6.2 - As Contratadas deverão apresentar registro profissional dos integrantes de seus respectivos SESMT na SRT à COSET.

07. TREINAMENTO DE SEGURANÇA

As Contratadas que possuírem o SESMT deverão apresentar cronograma de treinamento, contendo local, conteúdo programático, carga horária, antes do início das atividades na EMAP. Após realização dos cursos deverão ser enviadas as listas de presença para a COSET.
O treinamento ministrado pelo SESMT das Contratadas deverá conter no mínimo o conteúdo e carga horária do programa definido na NR 18.
Quando necessário a COSET, convocará novamente os empregados das Contratadas para o treinamento de reciclagem.
O Crachá definitivo para acesso a EMAP só será reconhecido após conclusão do curso citado acima, onde a COSET emitirá selo de validade.

8 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – PGSSO.

As Contratadas obrigatoriamente deverão fazer uso das ferramentas de prevenção de acidentes, constantes do Programa de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional da EMAP.

9 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI's

A partir do Portão de acesso a área primária os empregados deverão fazer uso obrigatório de **capacete de segurança, botina de segurança e óculos de segurança**, não sendo permitido o acesso a pé sem uso dos mesmos.

9.1 - É obrigação da Contratada envidar todos os esforços no sentido de eliminar quaisquer riscos de acidentes e danos à saúde de seus empregados, através de medidas de proteção coletiva.

9.2 - Quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis, ou não oferecerem completa proteção aos empregados, ou enquanto estas medidas estiverem sendo implantadas e/ou em situações de emergência, a Contratada obriga-se a fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual - **EPI's,** conforme NR 6 da portaria 3.214 de 08.06.1978.

9.3 - As Contratadas deverão treinar seus empregados quanto ao uso dos EPI's e torná-lo obrigatório.

9.4 - É obrigação da Contratada o fornecimento gratuito aos seus empregados e de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, com certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme a norma Regulamentadora NR 06 , da portaria 3.214/78 e/ou normas internas que possam vir a ser estabelecidas pela EMAP.

9.5 - As Contratadas antes do início das atividades deverão apresentar a COSET (Segurança do Trabalho) amostras dos EPI's a serem utilizados, onde o Engenheiro de Segurança analisará, podendo ou não aprová-los.

Os serviços só poderão ser iniciados quando os empregados das Contratadas ou Subcontratadas estiverem equipados com os EPI's adequados.

10 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NO CANTEIRO DE OBRAS

10.1 - Não é permitida a construção de qualquer alojamento, escritório de campo, depósito ou barracão em área da EMAP sem a sua autorização, por escrito, através do órgão responsável pela obra.

10.2 - Os alojamentos, escritórios de campo, depósitos ou barracões devem ser identificados com emblemas ou logotipo da Contratada.

10.3 - Os alojamentos, escritórios de campo, devem ser mantidos pintados, limpos, arrumados em perfeitas condições de segurança, cabendo ao fiscal do contrato e a **COSET** e/ou **CIPA** da EMAP, fazer a devida fiscalização.

11 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS / VESTIÁRIOS

A Contratada obriga-se a adquirir ou construir instalações sanitárias no seu canteiro de obras ou áreas de atuação, de conformidade com a legislação vigente, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

12- LOCAL PARA REFEIÇÃO / ÁGUA POTÁVEL

12.1 - A Contratada deve providenciar, em seu canteiro de obras, dependências que atendam aos requisitos de limpeza, arejamento e iluminação, onde seus empregados possam guardar e fazer suas refeições, de forma a atender a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Portaria 3.214.

Nota

Quando houver locais com instalações já definidas para empresas Contratadas, a EMAP, durante a vigência do contrato,

colocará aquelas instalações à disposição da Contratada, responsabilizando-a por quaisquer danos às referidas instalações.

13 - RESÍDUOS E ENTULHO DE OBRAS

13.1 A Contratada é responsável pela coleta seletiva de Resíduos e limpeza de entulho de obras em seus acampamentos, escritórios e frentes de serviços, devendo ser obedecidas as Normas Regulamentadora NR-24 e 25, da Portaria 3.124, do Ministério do Trabalho e orientação da COSET (Meio Ambiente).

13.2 É de responsabilidade da Contratada providenciar vasilhames descartáveis e sacos plásticos para coleta e acondicionamento dos resíduos e resto de alimentos, os quais deverão ser destinados a um aterro sanitário, em locais a serem definidos pela fiscalização do contrato e a COSET (Meio Ambiente), onde não houver ponto de coleta de Resíduos.

13.3 Os Resíduos e o entulho de obras só poderão ser depositados na EMAP, nos locais determinado pela gerencia de contrato, podendo ainda a EMAP proibir o depósito em locais fora de sua área uma vez comprovado que a comunidade vizinha possa ser prejudicada.

13.4 A responsabilidade pela manutenção da ordem nos locais de depósito de Resíduos e de entulhos de obras é exclusiva das Contratadas que os utilizam, devendo as áreas ser mantidas permanentemente limpas.

14 - ELETRICIDADE

14.1 A ligação à rede de distribuição de energia elétrica da EMAP somente poderá ser feita pelo Setor de Manutenção da área da EMAP através da solicitação do fiscal do contrato.

14.2 Somente é permitida a execução de serviços em redes de alta tensão, ou próximo às mesmas, após desenergizar o sistema elétrico em questão, com a autorização do Setor de Manutenção da área.

14.3 A troca de fusíveis somente pode ser feita pelo setor de Manutenção da EMAP.

14.4 Qualquer ligamento ou desligamento de painel elétrico, somente poderá ser efetuado pelo setor de Manutenção da EMAP, provido com cartão de bloqueio e solicitado pelo Fiscal do Contrato.

14.5 A execução de instalações elétricas provisórias no canteiro de obras deve atender, quanto à segurança, ao disposto na Norma Regulamentadora nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR 10 - Instalações e Serviços de Eletricidades - com redação dada pela Portaria 3.214.

14.6 Os profissionais da Contratada que exerçam atividades relacionadas com eletricidade deverão atender todas as exigências da NR 10 Instalações e Serviços com Eletricidade e conhecimento da Norma de Bloqueio da EMAP.

15- ÁGUA / ESGOTO / GÁS/ AR COMPRIMIDO

15.1 As ligações de água, esgôto, gás e ar comprimido, somente podem ser executadas pelos órgãos competentes da EMAP, ou sob sua orientação direta.

15.2 Os trabalhos sob ar comprimido devem, obrigatoriamente, obedecer aos dispositivos legais vigentes (NR 15), bem como as Normas oriundas da EMAP.

15.3 - É obrigatório o uso de unidade purificadora de ar comprimido nos serviços de jateamento para trabalhos com duração acima de 02 horas, sendo aconselhável o uso do unificador de ar. A saída do ar para o usuário deve ser feita através de engate rápido, ou por um bico. A regulagem do fluxo do ar pode ser feita no painel de distribuição, ou no conjunto do cinto do usuário.

16 - DEPÓSITO, MANUSEIO, TRANSPORTE E AVISO APROPRIADOS PARA PRODUTOS INFLAMÁVEIS/CORROSIVOS E TÓXICOS.

16.1 O manuseio, transporte, armazenamento e uso de produtos inflamáveis, corrosivos e tóxicos deverão ser feitos de acordo com a Norma Regulamentadora 19, da Portaria

3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho. A Contratada será a única responsável por qualquer dano ou consequência de acidentes em quaisquer destas atividades.

16.2 Os depósitos de inflamáveis, corrosivos e tóxicos devem situar-se em locais apropriados, determinados pelo Fiscal do contrato, ouvido a COSET (Segurança do Trabalho), e devidamente protegidos, sinalizados e isolados, de conformidade com a legislação e normas vigentes. A esses locais só deverão ter acesso às pessoas credenciadas e que percebem o Adicional de Periculosidade ou Insalubridade, se devido.

16.3 - O transporte de inflamáveis deve ser feito, obrigatoriamente, em recipientes e/ou carros-tanques apropriados e equipados com extintores de incêndio adequados e devidamente sinalizados.

16.4 - Avisos de "É PROIBIDO FUMAR" e "INFLAMÁVEIS" devem ser colocados em locais de fácil visibilidade, onde haja perigo de presença de vapores ou materiais inflamáveis.

17 - OBRAS DE CONSTRUÇÃO, DEMOLIÇÃO E REPAROS.

17.1- Armazenamento e Estocagem de Materiais

Os materiais empregados nas construções devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas ou saídas de emergências e não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

17.2- Demolição

Antes de ser iniciada qualquer obra de demolição, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás e as canalizações de esgotos e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas ou protegidas, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.3 - Andaimes

Os andaimes devem ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estarão sujeitos, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.4 - Manuseio de Materiais e Transporte de Pessoas e de Materiais

Nos trabalhos de aplicação de laminados e pisos fixados por cola, bem como em qualquer trabalho que utilize solvente inflamável ou tóxico, devem respeitar as normas e determinações especificadas na NR-18.

17.5 - Serviço de Jateamento e Pintura

Os serviços de Jateamento devem ser executados dentro da condição de segurança exigida, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

18 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A Contratada deve dispor de equipamentos de proteção e combate a incêndios, mantidos nas instalações provisórias do canteiro de obras, nos diversos locais de trabalho, veículos e equipamentos de sua propriedade, cuja execução deve estar de acordo com orientação da COSET ((Segurança do Trabalho), respeitando as normas e determinações especificadas na NR-23 e NR 18.

19- NORMAS LEGAIS DE SEGURANÇA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Visando prevenir acidentes com seus empregados, bem como o pessoal da EMAP que transita ou trabalha em área adjacentes às obras, a Contratada deve, obrigatoriamente adotar as medidas de proteção constantes da Norma Regulamentadora NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - com redação pela Portaria nº 4/95.

20- PCMSO- PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

Contratada deverá proceder aos exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função, conforme especificado na NR 7 – PCMSO.

21 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

21.1- A Contratada deverá comunicar a COSET (Segurança do Trabalho), todo acidente grave ou não que implique lesão pessoal, dano à propriedade perda material ou de tempo ocorrido com o seu pessoal por escrito ou por meio eletrônico, no máximo até 12 horas após o ocorrido.

21.2 - Informar a COSET, a entidade médica à qual deverá ser encaminhado seu pessoal em caso de acidentes do trabalho.

22 - PROTEÇÃO CONTRA AGRESSÃO AMBIENTAL

22.1- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao assunto.

22.2- É terminantemente proibido:

⇒ Lançar quaisquer produtos agressivos (sabão, óleo, combustíveis, detergentes), resíduos líquidos ou sólidos de qualquer espécie, nocivos à vida animal e vegetal em geral, em águas interiores, no solo, no ar e mar.

23 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

23.1- Caso haja alguma situação provocada direta ou indiretamente pela Contratada, de forma que as consequências venham recair ou serem incutidas a EMAP, sem prévia consulta relativa ao problema, à Contratada será responsabilizada pelo fato, por omissão de informação.

23.2- As irregularidades encontradas serão notificadas ao Órgão de Contratação, sendo adotadas, conforme a gravidade do problema levantado, medidas cabíveis, podendo inclusive ser efetuadas multas ou rescisão do contrato.

23.3 - Obrigam-se ainda, as Contratadas a respeitar a Legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, acatando outras recomendações específicas que, nesse sentido, sejam determinadas pela EMAP através da COSET, no documento Contratual.

23.4- A Contratada deverá através do **SESMT e/ou CIPA**, desenvolver as atividades pertinentes às áreas de Segurança e Medicina do Trabalho de forma a cumprir a Legislação e atender às solicitações da contratante, no caso de inspeção da DRT da Região, incluindo-se, por exemplo, o MAPA DE RISCO AMBIENTAL (NR 9 - com redação dada pela Portaria nº 25 - 29/12/94).

24 - VEÍCULO DE GRANDE PORTE

Todos os veículos de grande porte tais como: moto niveladoras, tratores, pás mecânicas, carregadeiras, caminhões, guindastes e outros deverão possuir sinalização sonora quando estiverem em marcha ré.

24.1 O deslocamento de veículo de grande porte com excesso lateral ou de altura, fora das áreas operacionais, deverão se fazer com o auxílio de batedor e devidamente sinalizado.

25- VISITAS TÉCNICAS

Por ocasião das visitas Técnicas das Contratadas nas áreas operacionais da EMAP, os seus representantes deverão portar e usar equipamentos de proteção individual básicos (capacete, sapato fechado, e óculos de segurança) e outros, conforme recomendação da área.

26 - TRÂNSITO- VEÍCULO MOTORIZADO- TRANSPORTE DE PESSOAS

Os veículos de propriedade da Contratada ou a seu serviço somente podem transitar pelas áreas da EMAP quando devidamente autorizados pelo órgão competente , que deve fornecer identificação especial, a ser afixada em local bem visível desses veículos, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

26.1- Transporte de empregados
O transporte de pessoas só poderá ser executado em veículo destinado a esse fim, ficando vedado o transporte em veículo adaptado, carroceria de camionetas, etc.

26.2- Crachá
É obrigatório o uso do crachá por parte dos empregados da Contratada, sendo necessário a sua apresentação sempre que solicitados por parte da segurança patrimonial da EMAP.

26.3- Veículos
A Contratada deve informar antes do início da obra a relação de veículos com suas respectivas características: tipo, marcas, cor e placa, todos acompanhados do xerox do DUT e conter a logomarca da empresa ao qual presta serviço.

27 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

27.1- A ação ou omissão da EMAP não anula nem invalida a responsabilidade da Contratada, quanto à prevenção e/ou consequência de acidentes ocasionais por seu pessoal, veículos e equipamentos.

27.2- A presente Norma aplica-se igualmente a qualquer outra pessoa física ou jurídica devidamente autorizada pela EMAP ou pela Contratada, que se encontrar dentro de sua área.

27.3- A EMAP se reserva ao direito de modificar ou acrescentar novas exigências sobre Segurança e Medicina do Trabalho sempre que julgar necessário para aperfeiçoamento das condições de segurança e proteção de pessoal, equipamentos, materiais e instalações.

27.4- Relacionamento EMAP/Contratadas - todos os assuntos entre a EMAP e Contratadas deverão ser tratados através do fiscal de Contrato, que terá assistência de todos os órgãos da empresa.

27.5- As Empresas Contratadas deverão conhecer e seguir os Procedimentos de Segurança legais e Normas da EMAP.

27.7- A Contratada deverá elaborar Ordem de Serviço, conforme determina a NR 01, item 1.7 e entregar uma cópia, solicitando conhecimento de todos os seus empregados e enviar um modelo dessa O.S. para a Segurança do Trabalho **da EMAP**.

27.8- As empresas Contratadas, Operadoras Portuárias e Arrendatários que subcontratarem mão de obra, equipamentos e veículos para executar trabalhos na área alfandegada do Porto do Itaqui, deverão garantir boas condições de operacionabilidade dos equipamentos e veículos, bem como, a identificação da empresa tomadora dos serviços nos veículos e equipamentos de forma indelével, bem visível; garantir também que a mão de obra use os EPI's obrigatórios para as áreas operacionais, não sendo permitido o uso de bermudas, chinelos e camisetas.

27.9- Toda e qualquer dúvida pertinente ao assunto, deverá ser dirimida sob consulta à COSET.

ANEXO XI

REGRAS DE OURO NO TRÂNSITO DO PORTO DO ITAQUI

Portaria nº 358/2015 – PRE

O Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 12.815/13, que estabelece na esfera de atuação da Administração do Porto a fiscalização das operações portuárias, com zelo para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

RESOLVE:

I - Determinar a obrigatoriedade o cumprimento das **Regras de Trânsito do Porto do Itaqui, a saber:**

- Manter os faróis sempre acessos, mesmo que de dia;
- Estacionar o veiculo sempre a ré;
- Estacionar somente nos estacionamentos regulamentados;
- Proibido o transporte de pessoas nas carrocerias dos veículos utilitários e caminhões;
- Manter todos os dispositivos de funcionamento e sinalização do veículo em perfeito estado de conservação;
- Dê preferencia aos pedestres;
- Proibido o uso de rádios, celulares ou dispositivos "mão livre" (viva voz, fones de ouvido, bluetooth), enquanto estiver dirigindo;
- Ao desembarcar os passageiros do veículo dê a preferencia em locais onde haja acostamento ou calçadas. Evite com que eles desçam para a pista, proporcionando assim perigos de colisão;
- Ao observar as placas de PARE, não quer dizer que é somente para reduzir, mesmo que nenhum veículo esteja atravessando a via, você deve parar;
- Carros de passeio devem dar prioridade aos veículos pesados e máquinas;
- Fique atento a sinalização da linha férrea, pois, há movimentação de trens dentro da poligonal;
- Não conduzir veículos utilizando chinelos;

II – Revogar disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

São Luís, 19 de agosto de 2015.

Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente da EMAP

Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP | Porto do Itaqui | São Luís | Maranhão | Brasil
Av. dos Portugueses s/nº | CEP 65085-370 | Tel.: +55 (98) 3216-6000 | Fax: 3222-4807
comunicacao@emap.ma.gov.br | emap.ma.gov.br
AUTORIDADE PORTUÁRIA